



## III Seminário Internacional de História e Direito

# MORADIA DIGNA: O CONFLITO ENTRE DIREITO CONSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO.

Apresentado no  
III Seminário Internacional de História e Direito - UFF  
Niterói – RJ, Agosto de 2013

Olivier, Carmen Lucia Pinheiro Alves<sup>1</sup>

Barbosa, Fernando Cordeiro<sup>2</sup>

Lobo, Cláudia Simone<sup>3</sup>

- 1- Mestranda em Defesa e Segurança Civil da UFF – Niterói, RJ, Brasil.  
carmenluciaolivier@gmail.com
- 2- Doutor em Antropologia – UFF – Niterói, RJ, Brasil  
fernandocordeiro@uol.com.br
- 3- Mestranda em Defesa e Segurança Civil da UFF – Niterói, RJ, Brasil.  
Claudiasimone-lobo@terra.com.br

**RESUMO:** Este estudo aborda os problemas de insalubridade, insegurança e risco das moradias da classe trabalhadora brasileira, atendo-se principalmente à cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de evidenciar que, embora muito se discuta sobre humanização de espaços e projetos urbanísticos, o que observamos na realidade é um processo de planejamento ineficaz, que compactua com ocupações desordenadas e irregulares, ocasionando degradação do meio ambiente e da própria condição humana. Ocupações que concorrem para o crescimento de áreas de risco e que se multiplicam à revelia do poder público. O que se percebe é que há a prevalência de uma política urbana que se preocupa mais com o embelezamento da cidade do que com a vida de seus cidadãos, relegando a segundo plano o modo de viver das pessoas e os riscos a que a população menos favorecida se expõe, ao compartilhar um espaço vulnerável, num claro processo de precarização da vida, e onde as relações entre as pessoas são visivelmente marcadas pelas diferenças e desigualdades criando-se, dessa forma, territórios de segregação social.

No Brasil, é clara a mudança nas relações socioeconômicas das grandes cidades em função de uma urbanização descontrolada. O que observamos atualmente é que a sociedade vem cobrando dos governantes um maior comprometimento com as questões socialmente responsáveis, e é dever do Estado, com base na Constituição Federal, cumprir com o seu papel de mantenedor da vida, da cidadania, da moradia e da segurança. Dessa forma, torna-se necessário construir, reconstruir ou intervir. Mas, acima de tudo, garantir o direito, que é devido a todo cidadão, de construção de uma sociedade mais justa, que cultive a preservação do meio ambiente e que busque uma responsabilidade social que proporcione a inclusão dos menos favorecidos.

**PALAVRAS CHAVE:** Moradia, Insegurança, Risco, Gestão Pública

**ABSTRACT:** This study addresses the problem of unsanitary housing insecurity and risk of the Brazilian working class, sticking mainly to the city of Rio de Janeiro, in order to show that, however much they may discuss humanizing spaces and urban projects, which observe in reality is a planning process ineffective, that condone occupations disordered and irregular, causing degradation of the environment and the human condition. Occupations that contribute to the growth of risk areas and multiply without the consent of the government. What is noticeable is that there is the prevalence of an urban policy that cares more about beautifying the city than with the lives of its citizens, relegating to the background the way of living of the people and the risks to which the less favored population is exposed, to share a vulnerable space, a clear process of casualization of life, and where relationships between people are visibly marked by differences and inequalities by creating thereby territories of social segregation.

In Brazil, there is a clear change in the socioeconomic relations of large cities due to uncontrolled urbanization. What we see today is that the company has been charging the rulers greater commitment to socially responsible issues, and it is the duty of the State, based on the Federal Constitution, fulfilling its role as maintainer of life, citizenship, housing and safety. Thus, it becomes necessary to construct, rebuild or intervene. But above all, ensure law, which is due to every citizen, to build a more just society, cultivating the preservation of the environment and social responsibility that seeks to provide the inclusion of the underprivileged.

**KEYWORDS:** House, Insecurity, Risk Management, Public

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muito se discutiu sobre os problemas de moradias nos grandes centros urbanos. Mas, apesar de diversas tentativas, pouco se concretizou no favorecimento da classe trabalhadora. Os projetos de urbanismo, proteção ao meio ambiente e sustentabilidade apresentados se mostraram insuficientes, pois continuam existindo incontáveis desastres; sejam com os inúmeros focos de incêndio deflagrados, como nas favelas de São Paulo, onde trabalhadores veem transformarem-se em cinzas seus poucos bens; sejam com os recorrentes deslizamentos nas encostas dos morros, como na região metropolitana do Rio de Janeiro, que desabrigam famílias inteiras, ceifando vidas inocentes.

Tomando como base uma bibliografia de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento como as ciências sociais, história, arquitetura e área de saúde, entre outras, este artigo visa analisar as moradias da classe trabalhadora e empobrecida na cidade do Rio de Janeiro dos tempos modernos. Para tal, faremos uma breve viagem pela história, uma vez que tudo teve início nas habitações coletivas e insalubres surgidas a partir do processo de urbanização e industrialização. Conforme avançamos nessa viagem, perceberemos que essas moradias mudaram de formato, mas se mantêm reféns dos problemas de outrora. Enfim, o eixo da questão habitacional deixou de ser a forma da habitação, passando a ser o espaço ocupado por ela.

Dos cortiços do século XIX às favelas de hoje, quase três séculos se passaram, mas perduram as incertezas, a insegurança, a falta de saneamento, a insalubridade e a falta de moradias em condições dignas de habitabilidade. Riscos ambientais, para a saúde e para a sociedade como um todo, continuam fazendo parte da rotina diária daqueles que, por falta de opção – ou ainda que pela melhor delas – habitavam os cortiços do século XIX e hoje habitam as favelas.

Apontados como refúgio das “classes perigosas”, os cortiços eram tidos como focos disseminadores de doenças e de todo tipo de maus vícios, tornando-se alvo de higienistas, que não hesitaram em colocá-los abaixo, em defesa de uma cidade urbanizada e livre de problemas de saneamento e segurança. Sobre a relação entre sanitarismo e urbanização, a arquiteta Cristina de Campos (2002) afirma:

Em sua fase urbana, o sanitarismo caracterizou-se pela elaboração de regulamentos [se refere aos Códigos Sanitários de 1894 e 1918], tanto para a parte física, com a definição de medidas

de arruamento, de habitações, etc., como para o cotidiano na cidade, pois a nova estruturação urbana trouxe consigo novos hábitos para os habitantes (p.38).

Sem teto, sem pertences e sem opção, a classe trabalhadora sobe os morros onde constrói, nos moldes antigos, casebres de sobras de madeiras, telhas, portas e janelas. Da forma que a conhecemos hoje, a favela só foi reconhecida oficialmente na década de 1940 sendo sua origem e sua expansão inicial uma lacuna na história.

O século XX foi marcado pela expansão dessas moradias, principalmente a partir dos anos de 1940 devido ao êxodo rural, quando trabalhadores migraram para os grandes centros em busca de melhores condições de vida. Esse processo, que parece não ter fim, atravessa os séculos XIX e XX e mesmo que de forma diferenciada, perdura no XXI.

Todavia, deve-se ressaltar que, embora as favelas permaneçam compondo o cenário carioca, ainda que frequentemente vistas sob o rótulo de reduto de pobreza e marginalidade, suas moradias já não se resumem à simples barracos construídos com restos de madeira e sobras de material. Muito embora eles representem um número expressivo, o que se observa com mais frequência são habitações construídas em alvenaria – por vezes com mais de um andar – algumas providas de terraço e razoavelmente abastecidas de algum conforto tecnológico, embora visivelmente deficientes e inadequadas construídas de forma desordenada e irregular, sem qualquer preocupação com questões básicas de habitabilidade, como conforto térmico, umidade, ruído, ventilação, iluminação e salubridade, que acabam por refletir em danos para a estreita relação entre saúde e habitação.

Neste sentido, este estudo pretende caracterizar a urbanização da cidade do Rio de Janeiro como um processo de planejamento ineficaz, que propicia o surgimento e crescimento desordenado de favelas, que se multiplicam à revelia do poder público, o que contribui substancialmente para a progressão e agravamento dos problemas já normalmente encontrados nas grandes cidades. Sobre as consequências da urbanização, o jurista José Afonso da Silva (1997) afirma:

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. (p.21)

Enfim, uma urbanização mal planejada, que força a classe trabalhadora a subir os morros em busca de lugar seguro para erguer suas moradias, e que acaba por criar uma situação caótica, com o aumento da pobreza e da violência. Esse tipo de urbanização, portanto, consolida o processo de desigualdade social pré-existente, com uns poucos privilegiados usufruindo das reformas urbanas e

suas facilidades, enquanto a maioria – desprovida de recursos e excluída da vida cidadina – se amontoa nas encostas. Com relação às favelas a arquiteta e pesquisadora de história urbana, Lilian Fessler Vaz (1994) explica:

As favelas materializaram no espaço a própria negação do saneamento, do controle e da modernização idealizada para a cidade. Lutando contra as forças que afastavam a população das suas condições de trabalho e dos seus círculos de vizinhança, as favelas inscreveram no espaço não somente a afirmação da necessidade imperativa da proximidade entre a moradia e o trabalho, mas também a resistência da população às transformações da modernização. (p. 587)

## **2. O RIO DE JANEIRO: dos cortiços às favelas**

A partir do século XIX a cidade do Rio de Janeiro começa a formar uma estrutura espacial socialmente estratificada. Até então, a cidade era um aglomerado limitado pelos Morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição, cuja população era, em sua maioria, escrava. Praticamente não havia transporte coletivo e segurança pública e isso impelia as pessoas a morar próximas umas das outras. O que diferenciava os abastados dos pobres era a aparência das residências e não a localização.

A chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, determina o surgimento de novas classes sociais – a nobreza e a fidalguia – com novas necessidades materiais. Isto determina modificações substanciais tanto na aparência quanto no conteúdo da cidade. Os problemas demográficos, criados pela chegada da corte, acentuaram as deficiências urbanas do Rio de Janeiro. Famílias mais abastadas tiveram suas casas tomadas para poder abrigar aristocratas e serviçais da corte. O espaço urbano sofreu modificações em função do bem estar e do enriquecimento da aristocracia portuguesa, do capitalismo europeu e da ascensão da burguesia nacional.

Na metade do século XIX surge a expressão “Classes Perigosas”, usada para se referir às “Classes Pobres”. Assim, os negros se tornaram suspeitos preferenciais e, como representavam significativamente a população mais empobrecida, personificavam as “Classes Perigosas”. Negros libertos eram vistos como possuidores de todos os vícios: por serem pobres, eram perigosos e, portanto, deveriam habitar cortiços. O conceito de “Classes Perigosas” dizia respeito, também, àqueles cidadãos que se encontravam em condição ociosa, fazendo surgir as primeiras noções de trabalho como meio enobecedor do espírito humano, o que equivale condicionar a pobreza à condição de desocupação, critério utilizado igualmente para rotular o indivíduo pobre ou desocupado como malfeitor em potencial.

Na segunda metade do século XIX, surgiu a denominação cortiço para designar uma forma antiga de habitar da população trabalhadora. Compreendiam casas que abrigavam “sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes”. (Chalhoub, 1996, p.40).

A proliferação de cortiços na cidade se deu a partir de 1850 e 1860, como alternativa viável de moradia na corte. Todavia, os mesmos eram vistos como focos de irradiação de epidemias. Uma epidemia de febre amarela em 1850 e uma de cólera em 1855 aumentaram a taxa de mortalidade e colocaram em evidência as condições higiênicas dessas moradias. Eram vistos tanto como um problema de controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições de higiene da cidade. Os cortiços eram percebidos ainda como possíveis focos de vícios e de transgressão da moralidade. Medidas foram implantadas visando ao controle dessas habitações. Inúmeras normas foram criadas, dentre as quais: os pátios tinham de ser calçados e iluminados; pilastras com água deveriam ser instaladas, as latrinas tinham de ficar em local apropriado; as águas usadas e as matérias fecais tinham de ser armazenadas em vasilhames fornecidos pela câmara municipal, e esses restos eram recolhidos também pela câmara. Todos os cortiços teriam de ter um portão de ferro que seria fechado ao toque de recolher.

Em 1873, a cidade é acometida por um grave surto de febre amarela e o higienista Pereira Rego identificou nos cortiços a fonte de focos geradores da doença, já que eles eram entendidos como toda e qualquer habitação imunda e repleta de gente. Unidos, médicos e governantes decidem pela transformação do espaço urbano, para o bem da saúde pública, conforme afirmavam, e satisfação de alguns investidores. Tomando como base esse referencial de ordem e limpeza urbana, fica proibida a construção de novos cortiços e/ou moradias coletivas na cidade do Rio de Janeiro. Inicia-se, então, o processo de expulsão da população pobre das áreas centrais da cidade. Em 1891 esse processo se intensifica e, finalmente, em 26 de janeiro de 1893, foi desativado e demolido o cortiço “Cabeça de Porco”, talvez o maior e mais conhecido da cidade do Rio de Janeiro, localizado na Rua Barão de São Félix, número 154, hoje imediações da Central do Brasil. Foi considerado o “mais célebre cortiço carioca” (Chalhoub, 1996, p.15). As autoridades da época o denominavam como “um valha cauto de desordeiros” que, segundo documentos da época, abrigava entre quatrocentas e duas mil pessoas.

Perseguidos pelos higienistas, os ocupantes do “Cabeça de Porco”, diante da destruição de seus minúsculos e mal ventilados quartos, juntam o extremamente necessário, sobem o morro mais próximo e erguem precários barracos e casebres com os materiais que restaram da antiga habitação. Surge então um novo espaço geográfico e social que cresce gradativamente como berçário de um

território predestinado à pobreza. Tal ocupação é apontada como a origem da primeira favela da cidade, no Morro da Providência, que mais tarde torna-se conhecido com o nome de Morro da Favella, em alusão, talvez, à vegetação rasteira, típica do sertão nordestino, de onde vieram os soldados que lutaram na Batalha de Canudos e que engrossaram a população do morro. Além da topografia, percebe-se entre os soldados de Canudos e os desabrigados dos cortiços, a mesma predisposição para a autodefesa, tão comumente encontrada entre aqueles que forjam o próprio destino, já que necessitam lutar pela sobrevivência. Conforme dito pela socióloga Licia do Prado Valladares (2000):

À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias, inusitadas, marcados por uma identidade comum. Com um *modus vivendi* determinado pelas condições peculiares do lugar, ela é percebida como espaço de liberdade e, como tal, valorizada por seus habitantes. (p.5)

Foi nesse misto de incertezas e perseguições urbanas que chegou o século XX, marcado pelas grandes reformas na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1902 e 1906, na gestão do prefeito Pereira Passos, a cidade passou por um grande processo de urbanização e embelezamento - sob o pretexto de sanear e civilizar a cidade - que acabou com as habitações percebidas como antissanitárias. Abrem-se ruas, alargam-se vias, constroem-se praças e jardins, numa tentativa de transformar a metrópole numa grande e bela cidade, a exemplo de Paris com sua *Belle Epoque*.

Enquanto se privilegia a estética da cidade, cresce o número de pessoas obrigadas a procurar refúgio nos morros, até então pouco habitados, que passaram a ser rapidamente ocupados, tornando-se uma alternativa para as pessoas que precisavam se manter próximas ao seu local de trabalho, ou que estavam à procura de emprego. Mas essas eram, indubitavelmente, áreas de difícil acesso, com precaríssimas condições de habitabilidade, sem infraestrutura de saneamento, transporte ou qualquer outro serviço público. A descrição desse espaço de moradia feita pelo jornalista João do Rio (1911) é a seguinte:

As ruas estreitas, caminhos curtos para casinholos oscilantes, trepados uns por cima dos outros. As habitações, todas feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de flandres, taquaras. (p. 55)

Tais como os cortiços, as moradias improvisadas nas favelas são formas indignas e miseráveis de habitação a que é forçada a população trabalhadora, sem nenhuma segurança ou bem

estar. Ambas são habitações que colocam seus moradores em constante condição de risco, embora, na maioria das vezes, os riscos sequer são percebidos, devido à falta de visibilidade dos perigos comuns existentes, não só na moradia em si, como em seu entorno. De modo geral, a favela se caracteriza pela ocupação desordenada, sendo em seus primórdios, constituída de casebres, com escassa iluminação e ventilação, onde famílias inteiras viviam em condições precárias de higiene e salubridade, sem segurança e sem perspectivas. Citada como espaço sem organização e improvisado, e, principalmente, segundo o jornalista e cronista Luiz Edmundo (1938), como lugar onde viviam.

Mendigos [...], capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte, mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida [...], sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte [...] (p.252).

De acordo com a socióloga e geógrafa Maria Laís Silva (2005), “a disseminação das favelas na cidade do Rio de Janeiro se deu entre os anos de 1910 a 1939, quando aglomerados de casebres receberam generalizadamente o nome de favela”. “Nesse período, houve uma expansão dessas áreas pelo Centro da cidade e também pelas Zonas Norte e Sul”. (p. 77 -78). Na visão do jornalista Benjamim Costallat (1995), a favela é vista como:

É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformam-se em garras. [...] Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela [...] O maior perigo que eu encontrei foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo. (p.34).

Amplamente difundida, a favela é vista como “lepra da estética”, sendo denunciada por muitos, como um espaço anti-higiênico, insalubre e local de concentração dos pobres perigosos, área sem lei. A favela chama a atenção de Mattos Pimenta (1926) que projeta suas preocupações não só de reformista e sanitarista, mas também de alguém que se preocupa com o lado estético e arquitetônico da cidade. Em seu discurso no Rotary Club (1926), o médico sanitarista Mattos Pimenta assim descreve as favelas:

Desprovida de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda acção fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valha coito de larápios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos.



### 3. URBANIZAÇÃO E HABITABILIDADE

A partir da década de 1940 começa a existir uma movimentação na tentativa de promover a regularização habitacional na cidade, incluindo um programa de extinção das favelas. A primeira grande ação destinada a essas áreas pobres se refere aos Parques Proletários. Segundo a regularização, que se baseava no Código de Obras de 1937, deveria ser promovida, além da eliminação das favelas, a proibição da construção de novas moradias ou a melhoria daquelas já existentes. Em substituição, seriam construídas habitações proletárias, destinadas às pessoas que fossem removidas. Essa remoção seria feita sob a promessa de que as pessoas poderiam retornar para áreas próximas daquelas onde viviam, assim que essas estivessem urbanizadas. Em janeiro de 1941, acontece no Rio de Janeiro um Congresso de Urbanismo, no qual, novamente, se discutem sérias intenções de remodelar a paisagem central da cidade. No entanto, nada de relevante acontece no que diz respeito ao melhoramento das moradias das classes trabalhadoras. Cinco anos depois, em 1946, ocorre uma nova tentativa de urbanização, com a criação da Fundação Leão XIII, que surge da união entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Neste caso, a proposta era de recuperação das favelas, com a criação de Centros de Ação Social. Propunham-se, inclusive, ações precursoras de urbanização, como a instalação e regularização de serviços básicos em algumas comunidades (água, luz, esgotos, rede viária). Tais ações, entretanto, eram consideradas assistencialistas demais para serem levadas a sério pelo governo. Apesar das várias tentativas, o que constatamos é que nenhum desses programas consegue atingir suas metas; na verdade, o que registra o Recenseamento de 1960 é que de fato houve um significativo avanço no crescimento das favelas. Segundo Silva (2005) “O censo de 1960 apontou aproximadamente 147 favelas tendo como população favelada 300 mil pessoas, um aumento de mais de 168 mil pessoas em relação ao censo realizado uma década antes”. (p.92).

Os anos subsequentes apontam para um precário processo de politização e organização da classe trabalhadora, que começava a criar associações de moradores com o objetivo de reivindicar políticas de urbanização. Paralelamente, a população favelada sofre investidas do governo Carlos Lacerda, que, entre os anos de 1962 e 1965, decidiu removê-los da região central da cidade, com a promessa de melhores condições em conjuntos habitacionais construídos na periferia. Tais lugares eram, geralmente, sem infraestrutura, afastados de qualquer centro comercial, com deficiente ou nenhuma rede de saneamento e de transporte. Além de todos esses transtornos, o trabalhador, já tão sacrificado, afastado do centro onde ainda era possível conseguir algum meio de sobrevivência, via seus poucos recursos esvaírem-se no deslocamento diário entre casa e trabalho.

Em geral, observamos que o processo de urbanização das cidades brasileiras segue a lógica da urbanização dos países subdesenvolvidos, de forma não planejada e ineficaz, muito provavelmente devido ao fenômeno de metropolização ser mais dinâmico que a legislação, haja vista que as metrópoles se desenvolvem com maior velocidade do que o ato político administrativo de planejamento do espaço, o que acaba por determinar um crescimento desordenado e o surgimento dos consequentes impactos sociais e ambientais. Esta urbanização sem planejamento deflagrou uma situação caótica nos grandes centros urbanos e capitais brasileiras, com aumento progressivo da pobreza e da violência, contribuindo de modo decisivo para acentuar as desigualdades sociais, com alguns em condição de consumir ilimitadamente, enquanto outros vivem totalmente desprovidos de recursos, e muitas vezes até mesmo de trabalho, permanecendo à margem do sistema. Sobre tais aspectos da urbanização, o engenheiro sanitário Suetônio Mota (1999) afirma:

O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida..., a ordenação deste crescimento faz-se necessária, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais aos habitantes. Entretanto, a realidade do processo de urbanização é bem diferente do ideal. Na maioria dos casos esse processo ocorre a partir de um planejamento inadequado, gerando um crescimento desordenado, acompanhado da falta da infraestrutura capaz de garantir a mínima qualidade ambiental. (p.17)

Para ser eficiente, a urbanização precisa ser amplamente discutida e planejada. A simples visão técnica dos problemas urbanos não é o suficiente para a realização de um planejamento eficaz. Condições mínimas de infraestrutura precisam ser respeitadas e, certamente, um ponto que necessita ser amplamente discutido é a necessidade da inserção da população no processo de planejamento, sendo considerados os aspectos sociais, culturais e econômicos, de forma que sejam atendidas as necessidades primordiais de habitação, trabalho, circulação e lazer.

Atualmente, muito se fala em qualidade de vida, e vários estudos mostram que o planejamento urbano e a conservação de recursos naturais podem contribuir para isso. Segundo o epidemiologista Oswaldo Paulo Forattini (1992):

Qualidade de vida é definida como o grau de satisfação no âmbito das áreas física, psicológica, social, de atuação, material e estrutural, esta pode ser considerada como individual e coletiva (p.353).

Forattini (1992) diz ainda, “A qualidade de vida coletiva é a resultante de condições ambientais e estruturais que se desenvolvem na sociedade.” (p.353). Alguns indicadores para avaliar a qualidade de vida são apontados por Forattini (1992):

- Ambientais: qualidade da água, do ar e do solo, contaminação doméstica e acidental;
- Habitacionais: densidade, disponibilidade espacial e condições de habitabilidade;
- Urbanos: concentração populacional, comunicação e transporte, educação, segurança e comportamento, poluição sonora e visual, local e paisagística;
- Sanitários: morbidade e mortalidade, assistência médica e hospitalar, estado nutricional;
- Sociais: condições socioeconômicas e de classes, consumo, necessidades e desigualdades, famílias e sexualidade, condições de trabalho, profissão, recreação, lazer e turismo, sistema político-administrativo.(p.356)

Embora os indicadores sejam de certa forma, complementares, trataremos aqui do foco deste estudo, o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro e a trajetória de vida e moradia da classe trabalhadora, nos atendo ao problema da habitabilidade. Em relação à precariedade habitacional no Rio de Janeiro, comenta a arquiteta Solange Araújo de Carvalho (2008):

As políticas públicas inadequadas de oferta de habitação para as populações de baixa renda, por décadas, contribuíram para o déficit habitacional no Brasil e incentivaram o descontrole do crescimento informal das grandes cidades brasileiras, que apresentam graves problemas de moradia e grande concentração de pobreza. Estima-se que quase metade da cidade do Rio de Janeiro seja formada por assentamentos informais, que se configuram como locais carentes de infraestrutura urbana, muitas vezes sujeitas a situações de risco, com irregularidade fundiária, urbanística e edilícia, precariedade habitacional, e que concentram os piores índices de desenvolvimento humano. (p.1)

Se levarmos em consideração que a família tem na habitação seu principal espaço de sociabilidade, fica evidente a necessidade de elaboração de políticas públicas que pensem o indivíduo como parte do ambiente em todas as suas dimensões. Principalmente no que diz respeito ao sentido de pertencimento ao território, usufruto e direito à cidade e todas as suas facilidades e, acima de tudo, que se preocupe em garantir a cidadania e a redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, entendemos que existe uma estreita relação entre saúde e habitação, e que devem ser consideradas todas as condições físicas do ambiente (água, esgoto, resíduos sólidos domésticos, drenagem urbana, controle de vetores, proteções da atmosfera, entre outros), bem como os fatores econômicos e sociais na criação de um ambiente saudável. Analisando esses fatores concluímos que a questão da habitação é muito mais complexa que uma área física onde simplesmente se ergue uma

moradia; essa questão implica em um processo de vida saudável estando intrinsecamente relacionada à qualidade de vida. Segundo a OMS, uma habitação saudável deve ter estrutura durável e segura, com escadas bem concebidas, janelas em alturas adequadas, localização correta de equipamentos domésticos e manutenção frequente, para garantir proteção contra traumatismos, sendo necessário ressaltar que a habitação traduz-se como um dos primeiros e mais vulneráveis espaços de promoção da saúde.

#### **4. VULNERABILIDADE E RISCOS DE MORADIA DA CLASSE TRABALHADORA**

Em sua forma mais rudimentar, vulnerabilidade é a qualidade do que é vulnerável, ou seja, o lado fraco por onde alguém ou alguma coisa pode ser atingido de forma a sofrer riscos, que podem culminar em danos. No estilo de vida atual, a vulnerabilidade apresenta inúmeras faces, abrangendo diversas dimensões. Assim, podemos falar em vulnerabilidade ao nos referirmos ao indivíduo como pessoa única e indissolúvel ou como parte integrante da família e da comunidade. O termo pode ser usado, ainda, para demonstrar a fragilidade em muitos sentidos. Assim, é vulnerável tanto a família que habita uma moradia prestes a despencar da encosta, quanto o executivo que coloca todas as suas economias na ciranda financeira.

Sobre risco, no dicionário Michaelis (1998) a palavra é apresentada com origem no termo italiano “rischio”, significando “possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, que ameaça uma pessoa ou coisa”.

Neste sentido, percebemos que os conceitos de vulnerabilidade e risco praticamente se complementam, sendo um quase uma consequência do outro, já que a vulnerabilidade é o que coloca o indivíduo na situação de risco.

Ao observarmos atentamente a maioria das cidades, percebemos situações distintas no que se refere às condições de vida: segregação espacial e social, crescimento de favelas e exclusão social são diferentes aspectos da não inclusão no estilo de vida dominante.

O conceito de risco alcança praticamente todas as dimensões da vida e envolve vários aspectos, tais como desemprego, miséria, violência, modo de vestir e de se portar, entre outros. Como o sociólogo Ulrich Beck (2000) demonstra: “O conceito de risco delimita, portanto um peculiar estado intermediário entre segurança e destruição, onde a percepção dos riscos ameaçadores determinam pensamento e ação”. (P.10). Sobre o discurso do risco, afirma o autor:

O discurso do risco começa onde a confiança em nossa segurança termina, e deixa de ser relevante quando ocorre o potencial catástrofe. O conceito de risco delimita, portanto, um peculiar estado intermediário entre segurança e destruição, onde a percepção dos riscos ameaçadores determinam pensamento e ação. (p.10)

Ferreira (1999), por sua vez, afirma: “*Risco* seria definido como situações em que há possibilidade mais ou menos previsíveis de perda ou ganho; perigo ou possibilidade de perigo, onde perigo é circunstância que prenuncia um mal para alguém ou para alguma coisa – aquilo que provoca tal circunstância – risco”.

Como podemos observar, o termo risco e seus significados são bastante abrangentes. O risco acompanha o indivíduo do nascimento à morte e em todos os aspectos da vida. É como se existisse em função dela e embora não se possa erradicá-lo, é possível eliminá-lo em algumas circunstâncias e minimizá-lo em inúmeras outras, e isso só pode ser feito através de sua gestão. Gerir um risco significa identificá-lo, analisá-lo e avaliá-lo sob todos os aspectos, em busca de prevenção, minimização e eliminação.

Ao abordarmos o assunto risco com moradores de áreas vulneráveis, é comum nos depararmos com a expressão de surpresa. O que se percebe geralmente é que as pessoas costumam subestimar os riscos porque acreditam que estão seguras e que são invulneráveis; portanto, ao não percebê-los, não tomam nenhuma providência a respeito, tendendo sempre a ignorá-los. Por outro lado, é natural que as avaliações de especialistas julguem o risco de forma puramente técnica e limitada. Para uma boa gestão é necessário o envolvimento tanto do público leigo quanto do técnico para chegarem juntos a uma solução que leve em consideração os fatores psicológicos, sociais e culturais daqueles sujeitos tidos como vulneráveis. A percepção do risco deve considerar diferentes elementos, portanto, para gerir um risco, é necessário compreender como os indivíduos e os grupos sociais percebem-no e se comportam diante dele. Segundo o sociólogo Pedro Roberto Jacobi (1999) “a população, no geral, reage aos riscos conforme a percepção que tem sobre as situações de perigo potencial, mediadas por valores e crenças que articulam as diversas variáveis sociais, culturais, políticas, econômicas e psicológicas”.

Por seu turno, Pereira (2012) afirma que os estudos voltados para o processo de urbanização, de políticas habitacionais e de formas de organização social, são algumas das variadas possibilidades de investigação sobre a temática de desastre e riscos sociais. Uma recorrência nesses estudos é a referência a determinadas áreas como “área de risco”. Neste sentido, a concepção de um espaço social como “área de risco”, geralmente é associada à potencialidade de ocorrência de um evento que gera perdas e danos, podendo levar inclusive ao ordenamento jurídico do país, que indica regras para

a desocupação de imóveis nessas áreas. Contudo, Pereira (2012) ressalta que a simples desocupação está longe de resolver a questão, uma vez que acomete ou potencializa outros problemas de ordem social além de demandar outras questões de ordem jurídica. Sobre áreas de risco, a autora nos diz:

A concepção de uma área como “área de risco” está atrelada a idéia de perigo. Um evento que produz perigo é aquele que apresenta dimensões fora dos padrões habituais de ocorrência. Todavia, além de caráter potencial de um evento como ameaça, ele só ganha tal dimensão se o meio social em que ocorre apresenta, em regra, condições precárias de existência. (...) A classificação, por seu turno, de uma “área de risco” não é universal e nem consensual. Todavia, a classificação feita por determinados agentes do poder público é a que tem preponderância para efeitos legais e é a que subsidia ações de controle sobre as áreas assim denominadas. (p.32)

Favelas e cortiços constituem uma forma de habitar comum da população trabalhadora brasileira; por conseguinte, a falta de um plano de prevenção e gerenciamento de riscos – em função dos perigos enfrentados, mesmo que estes não sejam observados por essa população – acaba por ocasionar riscos ambientais de maiores proporções devido à invasão e contaminação de áreas que deveriam estar protegidas e preservadas, poluição de mananciais por contaminação de águas e uso indevido de produtos tóxicos, entre outros. Acredita-se que muitos dos riscos ambientais encontrados em cortiços são chamados de tradicionais por estarem associados à pobreza. Por conseguinte, colocam tanto a população como o meio ambiente em perigo. Riscos oriundos de habitações precárias, sem equipamentos de segurança, saneamento básico, serviço de coleta de lixo, precariedade das instalações elétricas, convívio com roedores e insetos atraídos pelo ambiente com poucas condições de higiene.

Um risco preocupante e bastante frequente nos grandes centros urbanos é o de incêndios em favelas. Segundo relatos do jornal *A Folha*, no dia 23 de agosto de 2012, a favela Estação Ipiranga, na região de Vila Prudente, Zona Leste de São Paulo, pegou fogo, ocasionando a interdição do viaduto Capitão Pacheco Chaves. De acordo com o Corpo de Bombeiros, a mesma favela sofreu um pequeno incêndio em 2010, quando foram destruídos dez barracos. Desta vez, dos 120 barracos existentes, 95 foram atingidos. A Defesa Civil Municipal informou que o incêndio destruiu 2.400 m<sup>2</sup> e 163 famílias, cerca de 600 pessoas, ficaram desabrigadas, porém não houve registro de vítimas fatais. Cinco dias depois, em 28 de agosto, foi a vez de uma favela no bairro Jardim Nadir ver destruídas 85 das suas 225 moradias. Informações dos bombeiros revelam que neste incêndio também não houve mortes. Data de 18 de setembro de 2012 a notícia veiculada no EBC Brasil de que moradores da favela do Moinho foram vítimas, na véspera, e pela segunda vez em menos de nove meses, de um incêndio de grandes proporções. O incêndio desabrigou cerca de 50 famílias e

deixou uma vítima fatal. A notícia continua, informando que, ainda, em meio aos escombros, os moradores já planejavam a reconstrução dos barracos no local.

O que comumente se observa é que a maioria desses incêndios ocorre porque muitas dessas comunidades não têm redes de energia elétrica oficiais, sendo seus moradores levados a recorrer a ligações clandestinas para desviar energia. Acontece que essas ligações geralmente são realizadas por leigos e com material inadequado, portanto propenso a causar curtos-circuitos. Outro fator relevante é que muitos moradores sem ocupação formal sobrevivem da catação de material para reciclagem. Esse material de fácil combustão fica armazenado no interior ou nos arredores das moradias, o que faz proliferar todo e qualquer foco de incêndio. Associados aos riscos ocasionados pelos próprios moradores – embora muitas vezes, inadvertidamente, houvesse a escassez de programas de segurança contra incêndio que envolvam os moradores dessas comunidades na elaboração de um plano de ação, bem como na formação de uma brigada que possa atuar de forma a prevenir ou combater incêndios de pequenas proporções antes da chegada do Corpo de Bombeiros – além de ser capaz de atuar de forma efetiva facilitando o acesso ao local da ocorrência, já que na condição de moradores, são os que melhor conhecem o lugar e suas peculiaridades.

No Rio de Janeiro, embora não se descartem os incêndios, os riscos mais frequentes estão relacionados aos deslizamentos e desmoronamentos. A cidade é cercada por morros, e sobre eles foram construídas muitas das mais de 600 favelas da cidade. Décadas de crescimento desordenado deixam a cidade vulnerável à fúria das águas. O resultado são tragédias que se repetem constantemente. Por exemplo, em janeiro de 1966 um grande temporal marca de forma trágica a história da cidade. Fortes chuvas que duraram uma semana ocasionaram enchentes e deslizamentos, além de provocar caos no transporte, blecautes e o colapso do sistema de emergência, o que certamente contribuiu para a morte de 250 pessoas e deixou mais de 50 mil desabrigados. Deslizamentos de terra nas favelas ocasionaram mais de 140 mortes. Os cariocas enfrentaram racionamento de gás, energia e água contaminada por esgoto que transbordou das galerias de águas pluviais. A força das águas é implacável e leva tudo que está em seu caminho, não fazendo distinção de raça ou classe social, contudo, a população mais pobre é a mais vulnerável, pois habita em lugar menos seguro e com problemas de infraestrutura. O ano seguinte, 1967, também deixou suas marcas. Fortes chuvas deixaram um saldo de 785 mortos. O temporal atingiu uma área mais “nobre”, Vale das Laranjeiras e áreas vizinhas – Silvestre, Catumbi, Rio Comprido, Santa Teresa, Glória e Flamengo. Humaitá, Botafogo e parte de Copacabana também foram atingidos, ainda que em menor grau. Casas foram completamente destruídas. Carros, paralelepípedos, meios-fios e até

mesmo os muros das casas foram tragados pela força das águas. O Rio virou mar. Um mar sujo e impiedoso.

Várias tragédias se seguiram, mas, em 2010, uma em especial alarmou a cidade vizinha da capital Fluminense. Em Niterói ocorreu o trágico desabamento do Morro do Bumba, na realidade uma montanha de lixo cerca de cinco metros acima da elevação original, resultante de um lixão desativado, posterior e irregularmente ocupado em decorrência da falta de fiscalização da municipalidade. Deslizou com a chuva torrencial, deixando para trás um rastro de destruição e morte. Um levantamento da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro (Arpen-Rio), responsável por registrar os óbitos no cartório instalado no local, relacionou 48 óbitos. Assim diz a Revista GEO-DEMO, do Grupo de Estudos de Espaços e População, Vol. 3, Nº 1. Ano III, da Universidade Federal Fluminense (2012):

Diversos fatores intensificaram o processo de movimento da massa no fatídico seis de abril. No local funcionou um lixão até o ano de 1983, sendo uma área resultante do crescimento urbano desordenado e com baixa (arbustiva) ou nenhuma cobertura vegetal. Por se tratar de um lixão, não houve preocupação com as medidas de segurança que caracterizam um aterro sanitário; o acúmulo de resíduos foi responsável pela alteração da topografia da encosta, aumentando seu gradiente topográfico (inclinação); após o fechamento e aterramento do lixão, iniciou-se a ocupação da encosta por famílias com baixo poder aquisitivo, havendo omissão do Estado em permitir a ocupação dessa encosta, que em hipótese alguma poderia ser ocupada, além de permitir, o governo praticamente incentivou a ocupação ao realizar no local, obras de pavimentação, iluminação e distribuição de água.

Após a tragédia, parte dos desabrigados procurou refúgio na casa de parentes; outros se cadastraram para o recebimento do aluguel social; algumas famílias foram contempladas com apartamentos na localidade de Várzea das Moças. Uma quarta parte encontra-se, até hoje, abrigada no 3º Batalhão de Infantaria, no bairro de Venda da Cruz, onde famílias inteiras vivem de forma improvisada, numa espécie de “cortiço oficial”, tendo seu direito à moradia desrespeitado, e amargando uma forte topofilia, provavelmente intensificada pela saudade não só do lar que ficou para trás, mas também pela dor da perda de amigos e familiares na tragédia. Segundo Yo-Fu Tuan (1980), topofilia é assim definida:

A topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em um sentido mais amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta



pode ser tático: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (p.107)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tudo o que aqui foi visto, podemos atestar as dificuldades e deficiências encontradas no modo de viver da classe trabalhadora, desde o processo de formação das primeiras cidades brasileiras, através de uma configuração urbana marcada pela ausência de planejamento e legislação específica, passando pela implantação das primeiras unidades coletivas, as estalagens; seguidas dos cortiços considerados reduto das “Classes Perigosas”, que eram tidos como focos de vícios, transgressão da moralidade e ameaça para as condições de higiene da cidade e, após o processo de extinção desses, o surgimento das favelas com seus pequenos casebres impelidos contra as encostas dos morros, onde famílias inteiras sobrevivem em precárias condições de higiene e salubridade.

Em todo esse processo percebemos que o poder de resistência, das práticas, ações e principalmente das forças de convivência que brotam e sobrevivem do processo de moradia coletiva é inversamente proporcional ao descaso do poder público. Cabe ressaltar que, em muitos casos, a resistência daqueles que se veem ameaçados pela remoção, ainda que ciente de sua necessidade para manutenção de suas vidas se deve principalmente ao temor das perdas psicológicas e de identidade resultantes do rompimento de laços de amizade e de pertencimento a uma comunidade. Portanto, torna-se desnecessário dizer que remover pessoas de suas moradias significa praticamente cortar suas raízes e tentar replantá-las em um novo chão, sem que haja prévia preparação.

Isso pode ser observado nos relatos de integrantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, que afirmam que, um dos maiores entraves ao desempenho de suas funções está relacionado à necessidade de remoção de famílias em áreas de riscos. Segundo esses profissionais, não é fácil retirar uma família de seu próprio lar, por mais que este seja precário. Por outro lado, apontam que não é possível agir com negligência, já que muitas vezes essa remoção se faz necessária para a preservação da vida. Alguns relatos informam que é natural que se observem, em ocasiões de desastres, pessoas preocupadas com documentos, animais domésticos e fotografias que representam a materialização da memória e da história de vida daquela família. É comum que as pessoas busquem preservar suas raízes e tecer sua história, acumulando experiências, fruto de suas ações e emoções diárias. Desta forma, é previsível que uma pessoa, embora sob condições de risco, não aceite – mesmo que para preservar sua vida – sair de seu espaço social, uma vez que é nele que cultiva e mantém relações de convivência e parceria capazes de criar uma atmosfera segura e um forte laço de

pertencimento àquela sociedade. Casa e vizinhança fazem parte da vida do indivíduo, e funcionam como extensão de sua personalidade. Assim, ao perdê-los, é como se estivesse perdendo a própria identidade e, conseqüentemente, o valor como ser humano.

Contudo, percebemos a forte tendência de uma política urbana que se preocupa mais com o embelezamento da cidade do que com a vida de seus cidadãos, relegando a segundo plano o modo de viver das pessoas e os riscos a que a população menos favorecida se expõe ao compartilhar um espaço insalubre e vulnerável, num claro processo de precarização da vida.

É impossível não perceber a classe trabalhadora como parte da vida cidadina, conforme observamos nas sábias palavras de Chauí (1988. P.15) “passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação”.

No Brasil, é clara a mudança nas relações socioeconômicas das grandes cidades, em função de uma urbanização descontrolada. O crescimento urbano do último século acarretou diversos problemas, como as ocupações desordenadas e irregulares pela população de menor poder aquisitivo econômico, ocasionando degradação do meio ambiente e a sua própria. Essas ocupações resultaram em áreas onde as relações entre as pessoas são visivelmente marcadas pelas diferenças e desigualdades, criando-se, dessa forma, territórios de segregação social.

No Brasil, as últimas décadas têm sido marcadas por desastres relacionados às chuvas. Inundações, alagamentos, enchentes, desabamentos e deslizamentos têm recebido a atenção de especialistas de diversas áreas em busca de soluções que possam, senão evitar, tentar diminuir seus impactos. Muitos estudos mostram a preocupação em diagnosticar algumas áreas como “áreas de risco”, ou seja, aquela potencialmente associada à ocorrência de um evento que pode resultar em perdas e danos não só à população afetada como, também, ao meio ambiente. Diante dessa expectativa, o que observamos atualmente é que a sociedade vem cobrando dos governantes um maior comprometimento com questões socialmente responsáveis, e é dever do Estado, com base na Constituição Federal, cumprir com o seu papel de mantenedor da vida, da cidadania, da moradia e da segurança. Dessa forma, torna-se necessário construir, reconstruir ou intervir. Mas, acima de tudo, garantir o direito, que é devido a todo cidadão, de construção de uma sociedade mais justa, que cultive a preservação do meio ambiente e que busque uma responsabilidade social que proporcione a inclusão dos menos favorecidos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECK, Ulrich. Retorno a La teoría de la “sociedad de riesgo”. Boletim de La Asociacion de Geografia Espanhola nº 3. Espanha. 2000.

CAMPOS, Cristina de. São Paulo pela lente da hygiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945). Dissertação (Mestrado) - RiMa, São Carlos, 2002.

CARVALHO, Solange Araújo de. Avaliação da aplicabilidade do conceito de habitabilidade nas moradias das favelas cariocas; O caso Vila Canoá. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril; cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: Sader, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

COSTALLAT, Benjamim. A Favela que eu vi. Secretaria Municipal de cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro. 1995

EDMUNDO, Luis. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1938.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Ecologia, Epidemiologia e Sociedade. São Paulo Artes Médicas: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

JACOBI, Pedro. Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo, Annablume Editora, São Paulo, 1999.

MATTOS PIMENTA, J, A, de. Para a remodelação do Rio de Janeiro. Discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro, Rotary Club. 1926.

MOTA, Suetônio. Urbanização e Meio Ambiente, Rio de Janeiro: ABES, 1999.

PEREIRA, Aparecida e BARBOSA, Fernando Cordeiro. Revista Direito, Estado e Sociedade, nº 41, p.30 a 51, julho/dez 2012.

REVISTA GEO-DEMO, VOL.III. (artigos). Desabrigados do Morro do Bumba e a segregação sócio-espaical no município de Niterói. UFF, Rio de Janeiro, 2012.

RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1911.

SILVA, José Antônio da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª Ed. Ver. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997.

SILVA, Maria Lais Pereira da. Favelas Cariocas 1930-1964. Rio de Janeiro, contraponto, 2005.

TUAN, YU-FU Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução da Difel – Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1980.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2000.

VAZ, Fessler Lilian. Dos Cortiços às Favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro, Análise Social. Vol. XXIX, 1994.